

COMPRAS, SUSTENTÁVEIS: UM DESAFIO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

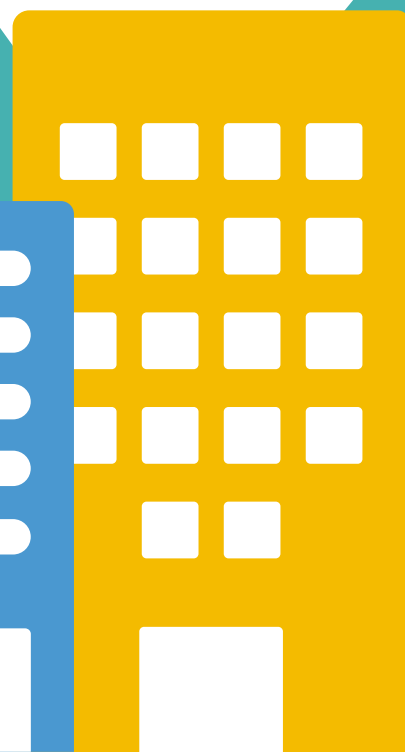
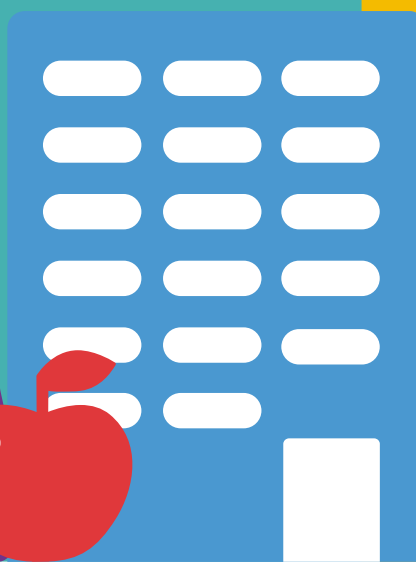
16 SETEMBRO 2014
MUSEU DO ORIENTE,
LISBOA

Building SPP

CAPACIDADE EM COMPRAS SUSTENTÁVEIS



WWW.BUILDING-SPP.EU



DEBATE: RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMPRAS SUSTENTÁVEIS

MODERAÇÃO: Ana Paula Duarte, Investigadora, LNEG

A necessidade da existência de benefícios fiscais para organizações que compram produtos mais ecológicos (IRC), a criação de um portal/base de dados para divulgação de boas práticas de instituições públicas na área das compras sustentáveis e a redução do IVA para produtos ecológicos/sustentáveis são algumas das recomendações decorrentes do projeto Building SPP.

Estas recomendações preliminares para políticas de compras públicas sustentáveis em Portugal foram obtidas em reuniões da Rede Procura+ Portugal, em reuniões de trabalho com fornecedores, no âmbito do envolvimento de mercado, num workshop específico e através da experiência prática alcançada nos projetos-piloto.

Na sua intervenção, Paula Duarte, refere que a recolha de recomendações debruçou-se essencialmente em três grandes áreas: a dos compradores, a dos fornecedores/fabricantes e a do próprio procedimento de compra. No que diz respeito às duas primeiras, as recomendações recolhidas foram agregadas nos seguintes temas: instrumentos de mercado, instrumentos financeiros e estratégia da organização. No que diz respeito à área do procedimento de compra, a agregação das recomendações levou aos seguintes temas, mais centrais e com aplicação mais transversal: instrumentos legislativos, recomendações para o Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e para os Acordos-Quadro (AQ).

Ao nível dos instrumentos financeiros dos compradores, foi mencionado em várias sessões a necessidade de existência de benefícios fiscais para organizações que compram produtos mais ecológicos (IRC), quando aplicável, devendo haver um IVA reduzido para produtos ecológicos/sustentáveis. Recomendou-se ainda a criação de programas e medidas de apoio financeiro para formação e informação na área das compras sustentáveis, bem como a realização de compras agregadas a nível regional.

Por outro lado, no âmbito dos instrumentos de mercado, apelou-se à criação de um portal base de dados para divulgação de boas práticas de instituições públicas na área das compras sustentáveis e que reúna informação sobre produtos e serviços sustentáveis e, ainda, sobre empresas fornecedoras. Salientou-se também a importância da criação de redes de compras sustentáveis (Networks) ou outras ferramentas de suporte, para permuta de boas práticas.

No âmbito da estratégia das organizações, foi referida a necessidade de promover ações de formação na área das compras sustentáveis, quer para técnicos de compras quer para gestores de topo e políticos. Sugeriram-se ainda ações de sensibilização para promover a alteração de mentalidades e comportamentos a par com o reforço do peso relativo dos critérios sociais e ambientais na contratação de bens e serviços. A utilização prioritária da proposta economicamente mais vantajosa e a introdução de objetivos sociais e ambientais referentes às compras na carta de missão dos dirigentes fazem igualmente parte destas recomendações.

COMPRAS SUSTENTÁVEIS: UM DESAFIO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Relativamente aos instrumentos financeiros dos fornecedores/fabricantes, as recomendações vão no sentido da criação de programas e medidas de apoio financeiro para:

- > fabrico de produtos mais ecológicos/sustentáveis;
- > desenvolvimento de novos produtos e projetos específicos, como por exemplo, que conduzam à racionalização de energia; à utilização de biodiesel, à racionalização de consumos de água e outros recursos;
- > apoio à certificação ambiental; a formação/informação na área das compras sustentáveis;
- > uso das plataformas eletrónicas de compras.

Quanto aos instrumentos de mercado, foram recolhidas recomendações como o IVA reduzido para produtos ecológicos/sustentáveis e o desenvolvimento de políticas de sensibilização do mercado para as compras ecológicas/sustentáveis. Em termos de estratégia destas organizações, foi também referido, como no caso dos compradores, a necessidade de ações de formação na área das compras sustentáveis e de ações de sensibilização, para promover a alteração de mentalidades e comportamentos. A certificação das empresas no âmbito dos Sistemas de Gestão da Qualidade, Ambiental e Responsabilidade Social, foi também uma recomendação no âmbito dos instrumentos de mercado.

Em termos de procedimento de compra e, no âmbito do SNCP, as recomendações incidiram na diminuição do número de plataformas para contratação pública; na divulgação pública das peças processuais num portal base onde devem ficar disponíveis para consulta; e na criação de uma ferramenta de esclarecimento de dúvidas que dê apoio jurídico no âmbito da contratação pública, uma vez que foi indicado que as entidades adjudicantes têm pouco conhecimento jurídico face aos fornecedores.

Relativamente ao SNCP, as recomendações recolhidas apontam sobretudo para a necessidade de facilitar a integração das PME's nos concursos, contribuindo para o seu crescimento, maior flexibilidade em termos de adesão, maior variedade e informação sobre os produtos em cada AQ, maior flexibilidade nos critérios de adjudicação e incremento dos critérios ecológicos. A necessidade de atualização dos AQ e redução do período de duração do contrato para alguns produtos alvo, como por exemplo no caso das comunicações onde se devem fazer contratos curtos por causa da rápida desatualização dos preços e da obsolescência dos produtos, foi também uma recomendação recolhida. Outra recomendação foi que no caso da situação contributiva de um fornecedor se alterar, existir nos AQ um mecanismo para suspensão do fornecedor, quando se verificar necessário.

Em termos legislativos, a simplificação/agilização dos processos de compra e a necessidade de legislação com informação clara e precisa (melhor ordenação/compilação/ clarificação da lei), foram recomendações mencionadas em várias sessões. Outras recomendações foram o desenvolvimento de linhas de orientação gerais e procedimentos/manuais para aquisição sustentável de determinadas categorias de bens e serviços e a necessidade de existir um período de adaptação a nova legislação que venha a ser produzida no âmbito das compras sustentáveis, antes da sua entrada em vigor.